INTRODUÇÃO À HERMENÊUTICA GERAL E JURÍDICA

Maurício Avila Prazak*

Marcelo Negri Soares**

Carolina da Silva Sanches***

RESUMO: O presente artigo trata da introdução à hermenêutica geral. Fala brevemente sobre os filósofos e os juristas que estudaram a hermenêutica e o estudo da hermenêutica jurídica dentro do direito a fim de chegar a uma proposta de definição para a hermenêutica geral e a hermenêutica jurídica e a importância deste estudo para a sociedade. A presente pesquisa, utiliza-se do método dedutivo.

PALAVRAS-CHAVE: Introdução. Hermenêutica Geral e Jurídica. Proposta de definição.

INTRODUCTION TO GENERAL AND LEGAL HERMENEUTICS

ABSTRACT: This article deals with the introduction to general hermeneutics. Briefly talks about the philosophers and jurists who studied hermeneutics and the study of legal hermeneutics within the law in order to arrive at a definition proposal for general hermeneutics and legal hermeneutics and the importance of this study for society. This research uses the deductive method.

KEYWORDS: Introduction. General and Legal Hermeneutics. Definition proposal.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A palavra hermenêutica provém do verbo grego “hermēneuein”, que significa declarar, anunciar, interpretar, esclarecer ou traduzir.

O termo derivou do Deus Hermes da mitologia grega, conhecido como o mensageiro dos Deuses, que tinha a capacidade de falar com os Deuses e com os mortais, traduzindo a linguagem de um para o outro.

Hermes é tido como patrono da hermenêutica, por ser considerado patrono da comunicação, da linguagem, da escrita e do entendimento humano.

Há também quem remeta o termo hermenêutica ao termo grego “ermēneutikē”, que significa ciência e técnica, tendo por objeto a interpretação de textos.

* Professor e advogado. Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Relações Empresariais Internacionais (IBREI). Associado do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), sendo presidente da Comissão de Estudos de Direito Empresarial.

** Professor Visitante Coventry University (UK), Faculdade de Direito e Negócios; Professor da UFRJ; Professor Permanente do Programa de Mestrado em Ciências Jurídicas da Unicesumar. Pesquisador ICETI; FAPESP e NEXT SETI. Pós-Doutor. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013).

*** Mestranda em Soluções Alternativas de Controvérsias Empresariais, área de concentração: princípios e mecanismos do sistema nacional de soluções extrajudiciais de controvérsias (Escola Paulista de Direito – EPD). Advogada. Pós-Graduada em Direito Civil (Anhanguera Educacional). Graduada em Direito (Faculdades de Campinas – FACAMP). Conciliadora, atuante no setor público junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e Mediadora extrajudicial no setor privado.

Portanto, a palavra hermenêutica, pode ser traduzida de forma objetiva como a possibilidade de interpretar e compreender.

Superada a noção introdutória da origem do termo hermenêutica, necessário se faz compreender a importância desse ramo da filosofia que estuda as técnicas de interpretação.

Atualmente, vive-se uma fase de reaproximação entre o direito e a filosofia motivadas pela busca da dignidade da pessoa humana, dos direitos fundamentais, dos princípios e dos valores éticos.

Dentro deste contexto, neste período conhecido como pós-positivismo, uma reabilitação da argumentação jurídica e a criação de uma nova dogmática de interpretação se tornam essenciais para a correta compreensão da norma frente às necessidades sociais.

Isto pois, o senso comum de quem não lida diretamente com o direito de que a interpretação da norma jurídica é automática e direta, ou seja, que, para interpretar basta a leitura do texto que é feita automaticamente a compreensão de seu sentido, deve ser superado, pois, o jurista, seja na atuação prática ou no estudo da ciência do direito, não extrai o sentido da norma da forma como está expressa nos textos jurídicos, ou seja, de sua leitura literal.

Assim, o trabalho de interpretar normas é complexo, porque o texto normativo, escrito pelos legisladores, advém das necessidades sociais do momento em que foram criadas, mas ao serem interpretadas carregam além desse sentido inicial também sua adaptação a situação atual em que estão sendo aplicadas, mas sem fugir do contexto de ordenamento em que estão inseridas nem ultrapassar os limites legais e constitucionais.

Por essa razão, a hermenêutica geral e a hermenêutica jurídica são estudadas por filósofos e juristas há séculos a fim de se chegar a técnicas mais adequadas de interpretação.

É com este panorama geral que se demonstra de início a extrema importância deste estudo para a sociedade, vez que a hermenêutica depende dela para existir e ter significado, mas tem o poder de modificar seu sentido e sua estrutura, já que é por meio da interpretação das normas que os comandos sociais se alteram formalmente. Neste contexto iniciamos o estudo do presente artigo que irá abordar a hermenêutica geral, a hermenêutica jurídica, seus filósofos e complexidades, para, ao fim, buscar apresentar uma proposta de definição conceitual do termo e a função deste estudo para alcançar o objetivo da norma frente às necessidades sociais.

Nesse contexto, a presente pesquisa tem por finalidade, indagar: Qual a conceituação de hermenêutica e como ela é aplicada de modo geral? O que é hermenêutica jurídica? E como as sociedades adotaram o uso da hermenêutica?

2. HERMENÊUTICA GERAL

Quando vivemos em sociedade é comum que pais, familiares e amigos, antes mesmo do nascimento de uma criança, criem em suas mentes padrões de comportamento que deverão ser seguidos.

Tais padrões podem ser exemplificados como as ideias de que se for menino será um jogador futebol e se menina irá ser uma boa dona de casa ou uma boa mãe.

Esses pré-conceitos são passados de gerações em gerações e incluídos em nossas mentes de maneira histórica e cultural moldando nosso pensamento e, conseqüentemente, a forma de interpretação do mundo que vivemos.

Conforme crescemos e vamos recebendo novos comandos, de acordo com o local em que vivemos, as pessoas que convivemos e a ordem social que estamos inseridos, construímos dentro de nós padrões de raciocínio.

Assim, esses padrões, o que é certo e o que não é, depende da nossa vivência, fazendo com que a compreensão e a interpretação de tudo seja feita de maneira pessoal, mas dentro de um contexto social.

Essa compreensão é feita inicialmente por nossos sentidos básicos, como a audição, a visão, o olfato, ou o tato, que, ao transmitir informações, nos levam a raciocinar sobre o que entramos em contato.

Um exemplo de interpretação comum é quando estamos diante de uma obra de arte, assim devendo compreender não somente sua aparência ou a informação inicial que nos foi passada, mas também seu sentido, contexto histórico e, até mesmo, se possível, qual o objetivo do artista.

Quando presenciamos fatos e temos que fazer uma interpretação do que ocorreu, essa interpretação é feita com base em nossa memória interna, tanto consciente quanto inconsciente.

Isso ocorre dado ao fato de que nossas memórias muitas vezes não são mais acessadas com facilidade, mas que, de alguma forma, influenciam nossos pensamentos por meio de sensações.

De forma complementar, ao crescer e mudar nosso convívio acrescentamos ao nosso conteúdo interno diversos outros comandos e sensações que podem até mesmo modificar a nossa compreensão da vida.

É da mesma forma, com o passar do tempo, que a sociedade também evolui e, conseqüentemente, influencia parcial ou totalmente o sentido dos textos e dos comandos sociais.

A exemplo de um comando social que se alterou conforme a história se modificou é a interpretação feita de uma placa localizada em praia dizendo “É proibido usar biquini”.

Há alguns anos, a placa seria interpretada como um comando para que se use maio ao invés de biquini, pois a sociedade não aprovava este tipo de vestimenta.

No entanto, se for lida no contexto social atual, poderá ser compreendida como autorização da entrada de pessoas sem roupa no local, ou seja, uma praia de nudismo.

Esse exemplo nos dá uma dimensão clara de como a nossa interpretação se altera conforme a sociedade e a história evoluem.

Assim pode-se concluir que as palavras têm significado diverso a depender do texto e do contexto em que estão sendo lidas e interpretadas.

38

Outro bom exemplo é o significado das palavras vida e morte, pois podem ser compreendidas como algo ruim ou algo bom a depender da cultura do local em que se nasce.

Nesse sentido, a hermenêutica geral demonstra sua importância nos comandos sociais e em nossas bases de interpretação.

É dessa forma que podemos associar a ideia principal para a compreensão do que é a hermenêutica geral com a premissa que “penso, logo existo”, de René Descartes, pois pensar significa interpretar, e interpretar é a manifestação de nossos pensamentos, vontades e compreensões de coisas, fatos e de nossa vida.

Partindo da premissa que a hermenêutica geral compõe nossas vidas de maneira inseparável, necessário refletir deste ponto sobre os estudiosos e a importância da hermenêutica para o Direito.

3. HERMENÊUTICA JURÍDICA

Sendo a hermenêutica geral a forma de interpretação que fazemos diariamente, de acordo com nossos pré-conceitos internos e externos, estudar esse ramo da filosofia é de suma importância para o direito, pois sua essência é regulamentar e regular as ações em sociedade.

De início, necessário pontuar que no direito a hermenêutica não ocorreu da mesma forma durante toda a história.

Antigamente, a interpretação de uma regra ou de um comando superior era feita com base na vontade do soberano, aquela que atendia às suas necessidades e interesses.

Já, atualmente, o modo de interpretar e compreender as normas e textos jurídicos tem por objetivo atingir fins e necessidades sociais, e não a vontade dos líderes políticos.

Por essa razão a hermenêutica foi estudada por diversos filósofos e juristas mundiais dada a sua imensa importância histórica.

Alguns destes ora serão apresentados com suas principais ideias, de forma pontual, para base do estudo da hermenêutica dentro do direito e da sociedade.

Dentre os principais filósofos, o primeiro a ser apresentado é Friedrich Schleiermacher, que foi criador da Hermenêutica Metódico-Universal e considerado o pai da hermenêutica moderna.

Viveu entre os anos de 1768 e 1834, tendo sido pregador na Igreja da Trindade e professor na Universidade de Berlim.

Suas obras mais famosas foram “Discursos sobre religião”, de 1880, e “Hermenêutica, arte e técnica da interpretação”, de 1805-1833.

O autor entendia que a verdadeira tarefa da hermenêutica deveria ser compreendida como uma obra de arte, dada a construção de uma hermenêutica universal e a necessária busca pelas razões reais das regras e dos procedimentos, tendo em vista a inseparabilidade do sujeito e do objeto, pois a compreensão vai além das palavras, pois compreender é interpretar.

Em segundo, que viveu entre 1889 e 1976, o filósofo, escritor, reitor e professor universitário, o alemão Martin Heidegger ficou conhecido pela Hermenêutica da Facticidade, que era a hermenêutica radicada na existência.

Seu pensamento versava sobre coisas originalmente descobertas em nossos compromissos práticos cotidianos e tinha como ideia chave que “*Toda interpretação, para produzir compreensão, deve já ter compreendido o que vai interpretar*”.

Ou seja, como a linguagem carrega a importância de solidificar a compreensão, e é por meio dela que se chega à fala e a realidade em que nos encontramos, é necessário compreender antes a linguagem para que se consiga compreender algo e interpretar da maneira correta, dentro do contexto social e histórico, pensamento este denominado pelo autor de “horizonte da compreensão”.

O terceiro filósofo muito relevante para o estudo da Hermenêutica foi Jean- Paul Sartre, que apresentou sua teoria sobre a Hermenêutica Fenomenológica.

Sartre viveu entre 1905 e 1980, foi escritor e crítico francês, tendo sido conhecido como representante do existencialismo e por sua ideia de que “*O homem é aquilo que ele mesmo faz de si. Isso se chama subjetividade*”.

Entendia que a existência precede a essência, pois o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo e somente depois é capaz de se definir. Isso ocorre, pois o homem em si não é início de nada, se torna algo somente após fazer algo de si mesmo.

Nesse contexto, entendia que é na medida em que se experimenta novas vivências que se redefine o próprio pensamento e que se adquire novos conhecimentos a respeito da própria essência, caracterizando-a sucessivamente.

Outro grande nome da filosofia da hermenêutica, que viveu entre 1900 e 2002 e o quarto a ser apresentado brevemente, foi Hans Georg Gadamer, que desenvolveu os círculos hermenêuticos, tendo causado grande impacto com sua obra “Verdade e Método” (Wahrheit und Methode), de 1960, onde elaborou uma filosofia propriamente hermenêutica que cuidou da natureza do fenômeno da compreensão, pois entendia que “*Ser que pode ser compreendido é a linguagem*”.

De maneira sucinta, Gadamer desenvolveu o círculo hermenêutico como forma de compreensão e interpretação a partir do pensamento que saímos da pré- compreensão, nos re-conhecemos, em seguida ocorre uma fusão de contextos e horizontes, após ouvimos os textos, aplicamos o sentido e, por fim, interrogamos.

É desta interrogação final que retornamos a uma nova pré-compreensão, um novo re-conhecimento, uma nova fusão de contextos e horizontes, após ouvir novos textos, aplicamos novo sentido e, por fim, novamente interrogamos, assim sucessivamente.

Em sua obra “Verdade e Método”, nos ensinou que toda hermenêutica é um ato de compreensão do mundo que se faz de maneira histórica interna, pois aquele que vai interpretar e compreender hermeneuticamente inicia seu raciocínio com base em referências de sua própria personalidade e sua vivência.

Assim, na medida em que pré-compreensões se tornam claras, novas dimensões são descobertas, de maneira que a hermenêutica possa trazer à consciência “*aquilo que realmente dispõe a metodologia das ciências para o seu*

próprio progresso, quais são as cegueiras e abstrações que impõe, pelas quais suplanta e desnorteia a consciência natural”, nas palavras de Gadamer (1997).

O quinto filósofo e sociólogo alemão de extrema importância é Jürgen Habermas, que desenvolveu a Hermenêutica Crítica.

Nasceu em 1929 e contribuiu até os dias atuais para os estudos participando da tradição da Teoria Crítica e do pragmatismo, entendendo que o ponto de vista moral, a partir do qual podemos avaliar imparcialmente as questões práticas, é seguramente interpretado de diferentes maneiras.

Para o autor, o ponto de vista formal não está livre de arbitramento à nossa disposição, já que releva a forma comunicativa do discurso racional. Impõe-se intuitivamente a todos os que estejam abertos a esta forma reflexiva da ação orientada para a comunicação.

Por fim, o sexto e último filósofo, que contribuiu de forma pontual ao estudo da hermenêutica jurídica, foi o jurista Hans Kelsen, autor positivista da famosa obra Teoria Pura do Direito.

Para Kelsen a fixação de sentido, via interpretação, é condição indispensável para a aplicação de determinada norma jurídica ao caso em concreto.

Toda a sua teoria pura foi estruturada na ideia hierárquica ou escalonada de normas, quando uma norma superior oferece uma moldura que deve ser preenchida pelas diversas possibilidades de aplicação.

Em seus estudos reconheceu ser impossível uma interpretação que busque compreender o sentido exato, ideal, verdadeiro, pleno e racional dos textos das normas.

Portanto, para o autor, como não podemos ler uma norma jurídica ou uma palavra e dar a ela um sentido único e verdadeiro, não podemos chegar à conclusão de que haja uma interpretação verdadeira ou falsa, no que tange a hermenêutica, mas sim uma interpretação autêntica e uma interpretação doutrinária.

A interpretação realizada pelos Tribunais Superiores¹ ao decidir os casos era compreendida como a interpretação autêntica, pois a decisão da corte, por ser realizada por juízes autorizados por lei para tanto, vincula os demais casos da sociedade, tornando este tipo de interpretação a que deve ser seguida.

Gilmar Mendes, caracteriza o texto normativo como:

¹ Por Tribunais Superiores devem ser compreendidos os existentes no contexto em que Hans Kelsen conviveu, ou seja, o sistema da *Common Law*, que utiliza o estilo dos *lide in cases*.

Com isso, inicia-se a exposição com a simples afirmativa, e não menos importante, que sustenta: "todo e qualquer texto normativo é obscuro até o momento da interpretação".²

Kelsen, em seu livro de 2000, página 62, nos traz que sua teoria tem a preocupação somente com as normas jurídicas, ou seja, se preocupa com as regras da conduta (dever-ser), e não com a incidência de valores na conduta humana (ser). Ele conceitua a função da ciência jurídica como "é descrever a ordem jurídica, não a legitimar".

E a interpretação doutrinária é feita por aqueles que lidam com o direito enquanto ciência, mas que não tem o poder de tornar sua interpretação vinculante, mesmo quando feitas pelos membros dos Tribunais Superiores, pois estes, mesmo ocupando tais cargos, ao redigirem suas obras não o fazem decorrente de seus cargos que lhes conferem o poder de vincular os demais.

Nas páginas 63-64, do livro de 2000, Kelsen enumera três requisitos para validar a norma:

- competência da autoridade proponente da norma;
- mínimo de eficácia;
- eficácia do ordenamento do qual a norma é componente.

Nesse contexto, a hermenêutica jurídica pode até ser pensada como um instrumento de poder, na medida em que aquele que está ocupando um cargo em um Tribunal Superior vincula sua interpretação da norma conforme seu horizonte de mundo.

No entanto, como mesmo a interpretação feita pelos Tribunais tem limites constitucionais e legais, bem como objetivos sociais, a ideia de ser instrumento de poder deve ser entendida como força, não como autoritarismo.

O pensamento de Gilmar Mendes sobre a interpretação é:

interpreta-se um preceito para que dele se possa extrair uma norma (uma proibição, uma faculdade ou dever), e com vistas à solução de um problema prático

E podemos acrescentar ainda que:

A norma, portanto, não se confunde com o texto, isto é, com o seu enunciado, com o conjunto de símbolos linguísticos que forma o preceito. Para encontrar-

² Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco. Curso de Direito Constitucional. 8ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013, p. 84.

mos a norma, para que possamos afirmar o que o direito permite, impõe ou proíbe, é preciso descobrir o significado dos termos que compõe o texto e decifrar, assim, o seu sentido linguístico.³

Este ponto foi inclusive questionado por Kelsen em sua obra, dado ao fato de ter vivenciado as atrocidades “legalmente” autorizadas do período nazista na Alemanha, tornando a força das autoridades conferidas pela lei ou pela constituição submetidas a limites frente aos direitos humanos fundamentais.

Para o jurista, a sanção é a consequência normativa da violação de um preceito primário. O direito tem o papel de desempenhar a ordem social coativa, impositiva na aplicação da sanção. Com esse sentido, a sanção torna-se um elemento interno do direito, e sem a sanção, a norma jurídica correria o risco de ser transformada em norma moral, sem coercitividade (KELSEN-1, 2000, p. 65).

Nota-se, dentro da breve apresentação de alguns filósofos e juristas da Hermenêutica, que ela não é feita de uma maneira automática nem meramente gramatical, mas sim com base em regras, métodos e conhecimento históricos, sociais e filosóficos.

Isso ocorre, pois, a norma carrega dentro de si interesse, finalidade e deve ser aplicada dentro de em um contexto para atingir fins sociais.

Assim, os legisladores, que são os representantes do povo, ao redigirem uma norma, uma lei, uma resolução, ou qualquer outro texto legal, devem avaliar a necessidade daquele comando ser positivado com a finalidade de organizar e estruturar a vida das pessoas que vivem dentro de uma sociedade.

Muitas vezes seus interesses pessoais, suas vivências, suas experiências internas e externas são expressas nas regras que querem positivizar, daí decorre a ideia de entender a vontade do legislador, que se confunde com a função social da norma dentro de determinado momento histórico e social.

Como muitas vezes com o passar do tempo um comando que atendia as necessidades sociais não mais atende ou até mesmo se torna ineficaz, inválido ou até mesmo ilegal ou inconstitucional, a vontade do legislador que era uma inicialmente deve ser reinterpretada.

É neste momento que ocorre muitas vezes a verificação pelos Tribunais Superiores se aquela norma deve ou não permanecer em nosso sistema, ou se precisa de complemento, adaptação ou modificação.

³ Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco. Curso de Direito Constitucional. 8ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013, p. 134

Esta verificação é feita por meio da hermenêutica jurídica, pelos métodos que os juristas e os filósofos criaram, da norma ao fato, dentro do contexto social que a norma foi criada e ao qual está sendo atualmente aplicada.

A interpretação realizada pelos Ministros, que são pessoas que possuem vivências e ideologias pessoais, acabam, mesmo sem querer, seguindo padrões e princípios éticos, morais, religiosos e sociais que eles estão inseridos.

Neste ponto, nota-se que a hermenêutica jurídica é feita com base na vontade do legislador frente ao conteúdo da norma (implícito e explícito) visando a consequência prática na sociedade que o intérprete está inserido e o efeito que ele quer atingir.

Assim, a hermenêutica jurídica é utilizada para que ao ler uma norma ou um texto jurídico devemos pensar em como aplicá-la ao caso em concreto para atingir o objetivo maior social, que é o que deve ser buscado pelos intérpretes de um texto legal.

É por meio das reflexões sobre a hermenêutica geral, com base nas ideias dos filósofos e dos juristas e da importância prática da hermenêutica jurídica que se passa a buscar uma proposta de definição da hermenêutica como conceito.

44

4. PROPOSTA DE DEFINIÇÃO

Cada lugar e cada cultura desenvolveu uma linguagem própria como meio de comunicação entre as pessoas.

É a partir desta comunicação entre as pessoas que o direito como meio de regular as relações sociais existentes cria sua própria terminologia a partir de institutos e vocábulos próprios de sua ciência.

Portanto, os textos jurídicos têm linguagem diversa dos textos literários comuns, e, conseqüentemente, devem ser interpretados com base nesse vocabulário próprio.

É desta diferenciação que devemos compreender que o texto normativo é a transcrição de um comando ou de uma ordem legal, enquanto a norma é todo comando ou ordem que advém de um ato de vontade legítimo formalizado em um texto.

Assim, sendo ela um resultado de interpretação do texto legal, o texto deve buscar ser o mais claro possível, pois sendo ele objeto de interpretação, seja como um preceito ou como simples enunciado de um documento, é a base de leitura e interpretação para o jurista chegar ao sentido real da norma.

Ao interpretar as normas, podemos verificar que o enunciado jurídico pode ser plurinormativo, ou seja, ele pode apresentar diversos comandos ou ordens a depender do modo que for realizada a interpretação, de quem a fez, do local que foi realizada e o momento histórico de sua criação e de sua aplicação.

Nesse sentido, desde que realizada a interpretação hermenêutica da norma dentro de seu ordenamento próprio, dos limites da lei, dos preceitos constitucionais e dos princípios balizares do sistema, será garantida a segurança jurídica que se espera.

A interpretação jurídica, segundo Norberto Bobbio é uma atividade muito complexa, que pode ser concebida de diversos modos:

Baseia-se na relação entre dois termos, o signo e o significado do próprio signo, e assim, assume sombreados diversos, segundo os quais tende a gravitar para um ou para outro desses dois polos: a interpretação pode ser ligada principalmente ao signo enquanto tal e tender a fazê-lo prevalecer sobre a coisa significada; ou ainda pode ser mais sensível á coisa significada e tender a fazê-la prevalecer sobre o signo puro; fala-se, neste sentido respectivamente de interpretação segundo a letra e de interpretação segundo o espírito.⁴

Diz-se isto pois, se a interpretação do texto, na busca pelo sentido da norma, é feita de forma aleatória, sem observar o ordenamento em que foi introduzida e o efeito que deve gerar, ela se torna arbitrária e incoerente, gerando confusão e injustiça.

E o Ministro Gilmar Mendes explica que:

Ocorre que, por muitas vezes, em virtude de uma evolução na situação de fato sobre a qual incide a norma, ou ainda por força de uma nova visão jurídica que passa a predominar na sociedade, a Constituição muda, sem que as suas palavras hajam sofrido modificação alguma. O texto é o mesmo, mas o sentido que lhe é atribuído é outro. Como a norma não de confunde com o texto, repara-se, aí, uma mudança da norma, mantido o texto⁵

Por isso é defendida a ideia de que a norma e o texto normativo devem ser feitos sempre da maneira mais clara possível, a fim de que interpretações contrárias e contraditórias, ou até mesmo lacunas e obscuridades, não ocorram em nosso sistema, garantindo, assim, segurança jurídica na busca da sociedade pela justiça.

⁴ BOBBIO, Norberto. “O [Positivismo](#) Jurídico: Lições de filosofia do Direito”.

⁵ Trata-se de voto paradigmático exarado nos autos da ADI nº 4277, p. 761-762.

Em decorrência deste objetivo é que a norma não deve ser entendida no sentido literal que traz o texto, pois sabemos que uma palavra pode carregar diversos significados, até mesmo opostos a depender do contexto.

Assim, como a maioria das palavras não tem um campo de referência único, ocasionando certa imprecisão, o intérprete deve buscar afastar esse “círculo de penumbra” a fim de buscar o núcleo de certeza do sentido da palavra utilizada no texto normativo.

Alexy discorre sobre uma metodologia para a atividade linguística de correção dos enunciados normativos, chegando ao discurso jurídico, afirmando:

O discurso jurídico é prático, por se constituir de enunciados normativos. É racional por se submeter à pretensão de correção discursivamente obtida. É especial, por se subordinar a condições limitadoras ausentes no discurso prático racional geral, a saber – a lei, a dogmática e os precedentes. Essas condições, que institucionalizam o discurso jurídico, reduzem consideravelmente seu campo do discursivamente possível, na medida em que delimitam mais precisamente de quais premissas devem partir os participantes do discurso, fixando ainda as etapas da argumentação jurídica, mediante as formas e regras dos argumentos jurídicos.⁶

46

É nesse sentido que a busca por uma definição para a hermenêutica deve seguir.

Portanto, com base nos diversos estudos dos filósofos e dos juristas, podemos definir hermenêutica geral como toda tentativa de compreensão e interpretação que fazemos por meio de nossos sentidos básicos.

A função prática da “Teoria da Argumentação Jurídica”, do autor Manuel Atienza⁷, podem ter três tipos de caracteres, sendo eles: teórico, de natureza política ou moral e de natureza prática ou técnica. O caráter teórico da argumentação jurídica tem ligação diretamente à contribuição para o desenvolvimento de outras disciplinas, como por exemplo a possibilidade de uma melhor compreensão do fenômeno jurídico e da prática argumentativa. A função política está relacionada à ideologia jurídica que é a base de qualquer concepção da argumentação, já a função prática liga-se à capacidade da argumentação jurídica de conferir uma útil orientação na produção, aplicação e interpretação do Direito.

⁶ ALEXY, Robert. “Teoria da Argumentação Jurídica”.

⁷ ATIENZA, Manuel. As razões do direito. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. 3. Ed. São Paulo: Landy, 2006, p. 224.

Seja a interpretação de uma obra de arte, de uma placa de trânsito, ou de uma simples compreensão indutiva de que devemos estar em fila para sermos atendidos, mesmo quando não há comando expresso para isto.

Enquanto que, a hermenêutica jurídica deve ser compreendida como o estudo dos métodos de interpretação dos textos normativos na busca pelo significado da norma.

Significado este que deve estar dentro do sentido lógico do ordenamento em que está inserida e dos limites e comandos constitucionais e legais do local onde está sendo feita a análise.

5. CONCLUSÃO

O presente artigo buscou demonstrar ao leitor a importância do estudo da hermenêutica, como podemos compreender a hermenêutica geral, a hermenêutica jurídica e como podemos propor a definição deste estudo.

Partindo da ideia de que interpretamos a todo momento, como uma condição para nosso raciocínio mais básico, entendemos que o estudo de como interpretamos e o estudo de como nos comunicamos com as outras pessoas, outras sociedades e com nós mesmos, é de extrema importância.

Daí a indispensabilidade para o Direito do estudo da hermenêutica jurídica, pois o sujeito que lê um texto legal internaliza essa compreensão mediante seus olhos de mundo construídos socialmente, para chegar ao significado da norma.

Compreende-se então o texto e se alcança o significado de uma norma jurídica a partir de bases existentes dentro de nós complementadas pelo estudo do Direito, da Filosofia, da Sociologia etc., ou seja, além do direito e antes dele.

O direito, portanto, não nos deu um sentido único, imediato e exclusivo para a interpretação da norma.

Este sentido lógico já nos foi dado antes pelos comandos sociais básicos, tais como nossos valores, nosso modo de compreender o mundo, nosso jeito de pensar eticamente, moralmente, religiosamente, com horizontes sociais próprios e ao mesmo tempo comuns em sociedade.

Ou seja, nós interpretamos o direito a partir de nossas pré-compreensões, de nossa subjetividade e de nossas ideologias socialmente construídas.

Assim, a construção de nossa subjetividade inicialmente não vem de nós, mas sim de toda estrutura familiar e social que participamos desde o momento de nosso nascimento que vai se complementando e modificando na medida em

que crescemos e somos apresentados a novas situações e novas realidades sociais.

Pode-se concluir, desta forma, que a norma não é interpretada meramente de forma gramatical com base na língua pátria, mas também por meio de uma interpretação lógica e sistemática do texto para chegar ao seu significado de acordo com o contexto da sociedade em que se encontrava o legislador que a fez e o momento atual a qual está sendo analisada e que o jurista que a lê está inserido.

Essa maneira de interpretar, de fazer hermenêutica, é o meio de evolução das normas e da modificação dos textos legais.

Isto porque é a partir das mudanças sociais e culturais que a interpretação da norma é feita para continuar compatível com as necessidades sociais, que são sua real finalidade.

Nesse sentido é que as normas de direito penal, que buscam diversas finalidades, tais como restabelecer a ordem social, ressocializar as pessoas, punir etc., são alteradas conforme as bases sociais mudam.

A exemplo dessa alteração temos a antiga regra que autorizava o marido a matar a esposa que cometesse adultério, pois a mulher era vista como objeto e propriedade.

Com o passar do tempo e com as mudanças sociais e culturais, tal regra foi retirada do ordenamento, pois não era mais compatível com o contexto social que estava inserida.

Situações como esta demonstram que as normas foram criadas para controlar e organizar a sociedade e que é por meio da hermenêutica que elas são modificadas e adaptadas para poderem ter, além de validade, eficácia social dentro dos limites legais e constitucionais de uma sociedade.

Portanto, nota-se que o arcabouço da hermenêutica jurídica acaba sendo o próprio da hermenêutica social geral, pois a análise do sentido da norma jurídica advém de todas as estruturas da vida social, do jurista e do não jurista, pois seu objetivo final é a pacificação e a organização social.

Conclui-se o presente artigo definindo a hermenêutica como sendo uma técnica de extrema importância para a comunicação entre as pessoas de uma mesma sociedade e a forma mais eficaz de garantir que a interpretação de fatos e de normas seja realizada dentro da justiça e da equidade que se espera, na busca por ordenamentos jurídicos e regras que possam trazer harmonia e equilíbrio para todos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. & Max HORKHEIMER, 1997 [1947]: **Dialéctica do esclarecimento: fragmentos filosóficos**, 7ª impressão, Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- ALEXY, Robert. **Teoria da Argumentação Jurídica**. Rio de Janeiro: Forense -4ª Ed. 2017
- ALEXY, Robert. **Teoria da Argumentação Jurídica**. Tradução Zilda Hutchinson Schikd Silva, Rio de Janeiro. Forense, 3. ed. 2011
- ATIENZA, Manuel. **As razões do direito**. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. 3. Ed. São Paulo: Landy, 2006, p. 224.
- ANDRADE, Christiano José de, 2010: “A contribuição de Habermas para a hermenêutica jurídica”. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, nº 6, Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/hentz/interno-hentz-textos-habermas.php>
- ANTUNES, Ricardo, 1999: **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**, 3. ed. São Paulo: Boitempo
- AZEVEDO, Plauto Faraco. **Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica**. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editora, 1989.
- BARROSO, Luis Roberto. **O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas-Limites e Possibilidades da Constituição Brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1993. Interpretação e Aplicação da Constituição. São Paulo: Saraiva, 1996.
- BASTOS, Celso, BRITO, Carlos Ayres. **Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais**. São Paulo: Saraiva, 1982.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 1995.
- BENHABIB, Seyla, 1996: “A crítica da Razão Instrumental”, in: Slavoj Zizek (org.) **Um mapa da ideologia**, Rio de Janeiro: Contraponto
- BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico**: Lições de filosofia do Direito.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. **Fundamentos da Constituição**. Coimbra: Coimbra, 1991
- CASTRO, Flávia de Almeida Viveiros de. **Interpretação constitucional e prestação jurisdicional**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- COELHO, Inocêncio Mártires, **Da hermenêutica filosófica à hermenêutica jurídica**. 2. ed. Saraiva, 2015.
- DÁSKALOS, Sócrates, 2012: **Um testemunho para a História de Angola**. Do Huambo ao Huambo. Disponível em: http://www.adelinotorres.com/africa/S%C3%B3crates%20D%C3%A1skalos_UM%20TESTEMUNHO%20PARA%20A%20HIST%C3%93RIA%20DE%20ANGOLA.pdf. Acesso em: nov. 2012.
- ENRIQUEZ, Eugène. “Prefácio” a: Eduardo DAVEL & João G. M. VASCONCELOS (org.) **Recursos humanos e subjetividade**, Petrópolis: Vozes, 1996.

ESPINDOLA, Ruy Samuel. **Conceito de princípios constitucionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

FREITAG, Barbara & ROUANET, Sérgio Paulo. “Introdução”. In: FREITAG, Barbara & ROUANET, Sérgio Paulo (org.) **Habermas. Sociologia**, São Paulo: Ática, 1980.

FREITAG, Barbara. **A Teoria Crítica. Ontem e hoje**, 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FREITAS, Juarez. **A substancial inconstitucionalidade da lei injusta**. Rio de Janeiro, Vozes, 1980.

GADAMER, Jans-Georg: **Verdade e Método**. Traços fundamentais para uma hermenêutica filosófica, Petrópolis: Vozes, 1997.

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la Acción Comunicativa**, Tomo I: “Racionalidad de la acción y racionalización social”, Madrid: Taurus, 1987^a.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la Acción Comunicativa**, Tomo II: “Crítica de la razón Funcionalista”, Madrid: Taurus, 1987^b

HABERMAS, Jürgen. **A Lógica das Ciências Sociais**, Petrópolis: Vozes, 2009 [1967].

50

HONNETH, Axel. “Teoria crítica”, in: Anthony GIDDENS & Jonathan TURNER (org.) **Teoria social hoje**, São Paulo, UNESP, 1999.

KALLSCHEUER, Otto. “Marxismo e teorias do conhecimento”, in: Eric J. HOBBSAWM (org.) **História do marxismo. O marxismo hoje**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KAVAYA, Martinho & Gomercindo GHIGGI. “Educação comunicativa angolana na realidade ‘ondjangotchiwiana’”. Diálogos com Paulo Freire”, Seminário de formação realizado na Universidade Católica de Benguela, 2008.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. Coimbra: Arménio Amado Editor, 1984.

LABICA, George & Gérard BENSUSSAN, 1982: **Dictionnaire critique du marxisme**, Paris: Presses Universitaires de France

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Atlas, 2019.

MASCARO, Alysson Leandro. **A hermenêutica jurídica e seus clássicos**. Disponível em: <https://genjuridico.jusbrasil.com.br/artigos/431710499/a-hermeneutica-juridica-e-seus-classicos>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo Jurídico do princípio da Igualdade**. São Paulo: Malheiros, 1993.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Elementos de Direito Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. “Radicalismos”, **Revista Estudos Avançados**, vol. 4, nº 8, 1990

MELO, Marina Félix de. **Hermenêutica e dialéctica**: Gadamer e Habermas na metodologia das Ciências Sociais. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/172>. Acesso em: Acesso em 22 fev. 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

MOREIRA, Eduardo Ribeiro, **Hermenêutica Constitucional** – Homenagem aos 22 anos do Grupo de Estudos Maria Garcia, Conceito Editorial, s.d.

NUNES, Luiz António Rizzatto. **Manual dá Monografia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1997.

NUNES, Luiz António Rizzatto. **O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana**. São Paulo: Saraiva, 2002.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica**, Saraiva, 2019.